

Agenda Semanal - CNT

12 a 16 de dezembro de 2011

ÍNDICE		
PODER LEGISLATIVO		
CONGRESSO NACIONAL		
Plenário	Pág.	
Pauta.	02	
SENADO FEDERAL		
Plenário	Pág.	
Pauta.	02	
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)	Pág.	
Registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.	03	
Obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.	03	
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)	Pág.	
Exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.	03	
Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).	03	
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)	Pág.	
Redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO2), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos.	03	
Redução de emissão de poluentes por veículos automotores.	04	
CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Plenário	Pág.	
Pauta.	04	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)	Pág.	
Colocação de assentos especiais para pessoas obesas em estabelecimentos de entretenimento e nos meios de	05	
transporte público coletivo em geral.		
Garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte.		05
Fixação de prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa.		05
COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)	Pág.	
Acidente de trabalho ocorrido no trajeto do empregado de casa para o trabalho ou vice-versa.		05
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)	Pág.	
Direitos dos passageiros no transporte coletivo rodoviário.		06
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (CDEIC)	Pág.	
Regulamentação da atividade das Empresas de Gerenciamento de Riscos em Operações Logísticas.		06
Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simplex Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte.		06
Redução do limite mínimo do capital social integralizado para constituição de empresa individual de responsabilidade limitada e estabelecimento da aplicação do tratamento tributário simplificado do programa Simples Nacional.		06
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)	Pág.	
Instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.		06
Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física.		07
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)	Pág.	
Desoneração da folha de pagamento das empresas de transporte urbano de passageiros.		07
Preferência no atendimento dos serviços de saúde, órgãos e instituições públicas		07

federais, estaduais e municipais integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) aos motoristas e cobradores de transporte público de passageiros.	5º Reunião da Subcomissão de Assuntos Consulares Brasil-Portugal	10
	Visita Oficial do Primeiro ministro da França	10

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)		Pág. MERCOSUL
Audiência Pública para discutir a necessidade de agilização aduaneira para o transporte rodoviário internacional de cargas.	Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (Parlasul).	10

Audiência Pública para debater os problemas que afligem o Sistema Portuário Nacional.
Aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares.
Redução em 50% (cinquenta pontos percentuais) no pagamento de tarifa de pedágio em rodovias federais para os veículos de carga.
Bilhete de passagem.
Passe livre estudantil.
Adaptação de contratos de arrendamento de terminais e áreas portuárias.
Inclusão de dispositivo limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos caminhões, veículos de transporte escolar e veículos de transporte de passageiros com mais de dez lugares.
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante.
Sinalização de veículos de transporte de carga estacionados na pista de rolamento.

PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIOS	
MMA	
Consulta pública sobre o PNRS reaberta.	
MDIC - Inmetro	
Consulta pública sobre Regulamento Técnico da Qualidade que trata de baterias automotivas.	

INTERNACIONAL

MRE	
Visita da Subsecretária para Assuntos Políticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos.	
Visita da Diretora Executiva da ONU-Mulher	
Reunião Ministerial dos BRICS e Reunião Ministerial do G-20 Comercial e dos Países em Desenvolvimento.	

Pág. MERCOSUL	
Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (Parlasul).	10

07

PODER LEGISLATIVO

08

CONGRESSO NACIONAL

08

Plenário

O plenário do Congresso Nacional inicia a semana com a seguinte pauta dos trabalhos (Ordem do Dia):

PLC 116/07: Dispõe sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo;

PLC 32/01: Dispõe sobre a limitação do tempo ininterrupto de direção do motorista de caminhão ou ônibus trafegando em rodovia;

PLC 51/07: Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros;

PLS 203/11: Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros e dá outras providências;

PLC 320/09: Dispõe sobre a destinação dos valores arrecadados no leilão de veículos apreendidos e não reclamados por seus proprietários;

PLS 372/05: Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres.

09

SENADO FEDERAL

10

Plenário

O plenário do Senado Federal inicia a semana com a seguinte pauta dos trabalhos (Ordem do Dia):

PLC 319/09: Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista;

PLC 84/04: Dispõe sobre os procedimentos e documentos relativos à petição solicitando autorização judicial para doação de tecidos, órgãos

ou partes do corpo vivo, por pessoa que não seja cônjuge ou parente consanguíneo do receptor;

PLC 52/08: Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

PDS 242/11: Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal apreciará o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 593/10, de autoria da Sen. Níura Demarchi (PSDB/SC), que susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP. O relator, Sen. Armando Monteiro (PTB/PE), apresentou parecer opinando pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011. Em tempo, é importante registrar que após a apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria seguirá à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h, Anexo II, Ala Sen. Alexandre Costa, Plenário 09.**

Obrigatoriedade das empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal apreciará, em decisão terminativa, o Projeto de Lei

da Câmara (PLC) nº 121/10, de autoria do Dep. Ciro Pedrosa (PV/MG), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda. O relator, Sen. Clésio Andrade (PR/MG), apresentou parecer opinando pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CI. Em tempo, é importante registrar que após a apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a matéria seguirá à sanção.

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h, Anexo II, Ala Sen. Alexandre Costa, Plenário 09.**

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Permissão da exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal apreciará o Projeto de Lei de Senado (PLS) nº 118/09, de autoria da Sen. Kátia Abreu (PSD/TO), que altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º do Código Brasileiro de Aeronáutica e nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. O relator, Sen. Jorge Viana (PT/AC), apresentou parecer opinando pela rejeição do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria seguirá às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Ala Sen. Alexandre Costa, Plenário 19.**

Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal apreciará o Projeto de Lei de Senado (PLS) nº 33/08, de autoria do

Congresso Nacional, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). O relator, Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO), apresentou parecer opinando pela rejeição do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria seguirá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Ala Sen. Alexandre Costa, Plenário 19.**

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA)

Redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO₂), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal apreciará, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 38/11, de autoria do Sen. Clésio Andrade (PR/MG), que altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV e na Nota Fiscal, a quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO₂), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotivos. O relator, Sen. Cristovam Buarque (PDT/DF), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto com as duas emendas apresentadas pelo Sen. Antônio Carlos Valadares (PSB/SE). Em tempo, é importante

registrar que, após a apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), a matéria seguirá ao Plenário.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h, Anexo II, Ala Sen. Alexandre Costa, Plenário 07.**

Redução de emissão de poluentes por veículos automotores. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal apreciará, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 51/11, de autoria do Sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR), que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores. O relator, Sen. Sérgio Souza (PMDB/PR), apresentou parecer opinando pela prejudicialidade do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), a matéria seguirá ao Plenário.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h, Anexo II, Ala Sen. Alexandre Costa, Plenário 07.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados inicia a semana com a pauta trancada por 10 (dez) Medidas Provisórias e 1 (um) Projeto de Lei:

MPV 542/11: dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari;

MPV 543/11: altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado;

MPV 544/11: estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa;

MPV 545/11: altera a Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências;

MPV 546/11: dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei no 12.409, de 25 de maio de 2011;

MPV 547/11: cria o cadastro nacional de municípios com áreas propícias à ocorrência de escorregamentos de grande impacto ou processos geológicos correlatos;

PL 1.992/07: institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência, e autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP;

MPV 548/11: abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica;

MPV 549/11: reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no

mercado interno dos produtos que menciona;

MPV 550/11: dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados

pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa

renda e a microempreendedores;

MPV 551/11: dispõe sobre o desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC)

Colocação de assentos especiais para pessoas obesas em estabelecimentos de entretenimento e nos meios de transporte público coletivo em geral. A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados apreciará a redação final do Projeto de Lei (PL) nº 668/07, de autoria do Dep. Manoel Junior (PSB/PB), que dispõe sobre a colocação de assentos especiais para pessoas obesas em estabelecimentos de entretenimento e nos meios de transporte público coletivo em geral. O relator da redação final, Dep. Luiz Couto (PT/PB), apresentou a redação final do projeto em conformidade com o parecer do Dep. Maurício Quintella Lessa (PR/AL), opinando pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, com emendas, do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes (CVT), e apensados, aprovado nesta Comissão. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), a matéria seguirá ao Senado Federal, em revisão.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h30, Anexo II, Plenário 01.**

Garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte.

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos

Deputados apreciará a redação final do Projeto de Lei (PL) nº 4.657/09, de autoria do Dep. Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), que trata da garantia de prioridade às pessoas que especifica, para dispor sobre a reserva de assentos em salas de espera de terminais de transporte. O relator, Dep. Luiz Couto (PT/PB), apresentou a redação final do parecer em conformidade com o parecer do Dep. Felipe Maia (DEM/RN), opinando pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, aprovado nesta Comissão. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), a matéria seguirá ao Senado Federal, em revisão.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h30, Anexo II, Plenário 01.**

Fixação de prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 378/06, de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), que fixa prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. O relator, Dep. Sandro Mabel (PR/GO), apresentou parecer opinando pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e do PLP 46/2011, apensado. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), a matéria seguirá ao Plenário.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h30, Anexo II, Plenário 01.**

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)

Acidente de trabalho ocorrido no trajeto do empregado de casa para o trabalho ou vice-versa. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 1.279/11, de autoria do Dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT), que dispõe sobre o acidente de trabalho ocorrido no trajeto do empregado de casa para o trabalho ou vice-versa. O relator, Dep. Roberto Balestra (PMDB/MT), apresentou parecer opinando pela rejeição do projeto. Em tempo, é importante registrar que após a apreciação da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTAS), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 12.**

Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

Direitos dos passageiros no transporte coletivo rodoviário. A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 5.533/2009, de autoria do Dep. Lindomar Garçon (PV/RO), que dispõe sobre os direitos dos passageiros no transporte coletivo rodoviário. O relator, Dep. Otoniel Lima (PRB/SP), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto e apensados, com substitutivo. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 08.**

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

Regulamentação da atividade das Empresas de Gerenciamento de

Riscos em Operações Logísticas. A Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 7.181/10, de autoria do Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), que dispõe sobre a regulamentação da atividade das Empresas de Gerenciamento de Riscos em Operações Logísticas. O relator, o Dep. Camilo Cola (PMDB/ES), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h30, Anexo II, Plenário 05.**

Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte. A Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 951/11, de autoria do Dep. Júlio Delgado (PSB/MG), que institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte. O relator, o Dep. Jorge Corte Real (PTB/PE), apresentou parecer pela aprovação do projeto, com substitutivo, e pela rejeição da emenda apresentada ao substitutivo. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC), a matéria seguirá às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h30, Anexo II, Plenário 05.**

Redução do limite mínimo do capital social integralizado para

constituição de empresa individual de responsabilidade limitada e estabelecimento da aplicação do tratamento tributário simplificado do programa Simples Nacional. A Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 2.468/11, de autoria do Dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT), que reduz o limite mínimo do capital social integralizado para constituição de empresa individual de responsabilidade limitada e estabelece a aplicação do tratamento tributário simplificado do programa Simples Nacional. O relator, o Dep. João Maia (PR/RN), apresentou parecer pela aprovação do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC), a matéria seguirá às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h30, Anexo II, Plenário 05.**

Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 500/09, de autoria do Dep. Enio Bacci (PDT/RS), que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. O relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG), apresentou parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do referido projeto, do PLP nº 58/11, apensado, e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 04.**

Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física. A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 5.395/05, de autoria do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física. O relator, Dep. Rui Costa (PT/BA), apresentou parecer pela inadequação financeira e orçamentária do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 04.**

Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

Desoneração da folha de pagamento das empresas de transporte urbano de passageiros. A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 957/07, de autoria do Dep. Jilmar Tatto (PT/SP), que dispõe sobre a desoneração da folha de pagamento das empresas de transporte urbano de passageiros. O relator, Dep. Antonio Bulhões (PMDB/SP), apresentou parecer pela rejeição do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), a matéria seguirá às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de

Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h30, Anexo II, Plenário 07.**

Preferência no atendimento dos serviços de saúde, órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) aos motoristas e cobradores de transporte público de passageiros.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 7.732/10, de autoria do Dep. José Chaves (PTB/PE), que dispõe sobre a preferência no atendimento dos serviços de saúde, órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) aos motoristas e cobradores de transporte público de passageiros. O relator, Dep. Dr. Paulo César (PR/RJ), apresentou parecer pela rejeição do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 09h30, Anexo II, Plenário 07.**

Comissão de Viação e Transportes (CVT)

Audiência Pública para discutir a necessidade de agilização aduaneira para o transporte rodoviário internacional de cargas.

A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados realizará Audiência Pública para discutir a necessidade de agilização aduaneira para o transporte rodoviário internacional de cargas, e contará com a presença dos seguintes convidados:

- **PAULO SÉRGIO PASSOS** - Ministro de Estado dos Transportes;
- **CARLOS ALBERTO BARRETO** - Secretário da Receita Federal do Brasil;

- **BERNARDO FIGUEIREDO** - Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;

- **JOSÉ CARLOS BECKER** - Presidente da Associação Brasileira de Transportadores internacionais – ABTI.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h, Anexo II, Sala da Presidência da CVT.**

Audiência Pública para debater os problemas que afligem o Sistema Portuário Nacional. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados realizará Audiência Pública para debater os problemas que afligem o Sistema Portuário Nacional, e contará com a presença dos seguintes convidados:

- **LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO** - Ministro da Secretaria Especial de Portos.

- **PAULO SÉRGIO PASSOS** - Ministro de Estado dos Transportes.

- **13/12 (3ª-feira), a partir das 14h, Anexo II, Plenário 13.**

Aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) nº 4.804/09, de autoria da Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA), que restringe a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares. O relator, Dep. Giroto (PMDB/MS), apresentou parecer opinando pela rejeição do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Redução em 50% (cinquenta pontos percentuais) no pagamento de tarifa de pedágio em rodovias federais para os veículos de carga. A Comissão de Viação e Transportes

(CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 7.547/10, de autoria do Dep. Nelson Marquezelli (PTB/SP), que institui a redução em 50% no pagamento de tarifa de pedágio em rodovias federais para os veículos de carga. O relator, Dep. Mauro Lopes (PMDB/MG), apresentou parecer opinando pela rejeição do projeto e apensados. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Bilhete de passagem. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 8.009/10, de autoria do Dep. Hugo Leal (PSC/RJ), que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para dispor sobre o bilhete de passagem. O relator, Dep. Lúcio Vale (PR/PA), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Passe livre estudantil. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 79/11, de autoria do Dep. Paulo Tadeu (PT/DF), que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para cria o Programa Nacional de Passe Livre Estudantil. O relator, Dep. Washington Reis (PMDB/RJ), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá às Comissões de Educação e Cultura (CEC), de Finanças e

tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Adaptação de contratos de arrendamento de terminais e áreas portuárias. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 502/11, de autoria do Dep. Geraldo Simões (PT/BA), que dispõe sobre a adaptação de contratos de arrendamento de terminais e áreas portuárias. O relator, Dep. Devanir Ribeiro (PT/SP), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto, com emenda. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá às Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CATSP) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Inclusão de dispositivo limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos caminhões, veículos de transporte escolar e veículos de transporte de passageiros com mais de dez lugares. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 936/11, de autoria do Dep. Leonardo Quintão (PMDB/MG), que altera o Código de Trânsito Brasileiro para incluir dispositivo limitador de velocidade entre os equipamentos obrigatórios dos caminhões, veículos de transporte escolar e veículos de transporte de passageiros com mais de dez lugares. O relator, Dep. Lúcio Vale (PR/PA), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 2.162/11, de autoria do Dep. Marcos Montes (DEM/MG), que altera a Lei nº 10.893 de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM. O relator, Dep. Jânio Natal (PRP/BA), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

Sinalização de veículos de transporte de carga estacionados na pista de rolamento. A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados apreciará o Projeto de Lei (PL) n. 2.235/11, de autoria da Dep. Rose de Freitas (PMDB/ES), que acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização de veículos de transporte de carga estacionados na pista de rolamento. O relator, Dep. Anderson Ferreira (PR/PE), apresentou parecer opinando pela aprovação do projeto, com emendas. Em tempo, é importante registrar que, após a apreciação da Comissão de Viação e Transportes (CVT), a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

- **14/12 (4ª-feira), a partir das 10h, Anexo II, Plenário 11.**

MINISTÉRIOS

MMA

MMA: Consulta Pública. Prorrogada a consulta pública para o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. O Plano é uma das etapas da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Com o objetivo de ampliar a participação da discussão sobre o assunto, mobilizando a sociedade e envolvendo setores específicos em todo o território nacional, o Plano apresenta conceitos e propostas que refletem a interface entre diversos setores da economia compatibilizando crescimento econômico com desenvolvimento sustentável. Outras informações podem ser adquiridas no site www.mma.gov.br.

- **Até 27/12 (3ª feira), Brasil.**

MDIC - INMETRO

INMETRO: Consulta Pública. Encontra-se aberta a consulta pública sobre o texto da Portaria Definitiva e do Regulamento Técnico da Qualidade para baterias Chumbo-Ácido para veículos automotores. A referida consulta permanecerá aberta pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação da Portaria nº 434, de 16 de novembro de 2011, do Inmetro. Outras informações podem ser adquiridas no site www.inmetro.gov.br.

- **Até 16/12 (6ª feira), Brasil.**

INTERNACIONAL

MRE

Estados Unidos

Brasília. Ocorrerá visita da Subsecretária para Assuntos Políticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Wendy Sherman, no dia 12 de dezembro.

- **12/12 (2ª feira), Brasília, Brasil**

Nações Unidas

Brasília. A Diretora Executiva da ONU-Mulher e ex-Presidente do Chile, Michele Bachelet, realizará visita ao Brasil nos dias 12 a 14 de dezembro.

- **12/12 a 14/12 (3ª feira), Brasília, Brasil**

Suíça

Genebra. Será realizada, no dia 14 de dezembro, Reunião Ministerial dos BRICS e Reunião Ministerial do G-20 Comercial e dos Países em Desenvolvimento.

- **14/12 (3ª feira), Genebra, Suíça**

Portugal

Brasília. Ocorrerá, nos dias 14 e 15 de dezembro, a 5ª Reunião da Subcomissão de Assuntos Consulares Brasil-Portugal.

- **14/12 a 15/12 (4ª e 5ª feira), Brasília, Brasil**

França

Brasília. O primeiro ministro da França, François Fillon, estará no Brasil, de 14 a 17 de dezembro, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Na capital federal, o Premier Fillon estará presente no aniversário da Presidente Dilma Rousseff.

14/12 a 16/12 (4ª a 6ª feira), Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil

MERCOSUL

Brasil

Brasil. A Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (Parlasul) realizará reunião, dia 13 de dezembro, no Senado Federal.

- **13/12 (3º feira), Brasília, Brasil**